



CONSELHO DE ILHA DE SÃO JORGE

Ata número 2/2023

----- Aos vinte e seis dias do mês de maio de dois mil e vinte e três, pelas dezanove horas e trinta minutos, reuniu o Conselho de Ilha de São Jorge, em reunião ordinária, na sala de reuniões da Casa Museu Cunha da Silveira, verificando-se a ausência do Senhor Presidente do Município de Velas, devidamente justificada, fazendo-se representar pela Senhora Vereadora Cristina Nascimento, do conselheiro Renato Bettencourt por ausência da ilha, do Senhor José Gabriel da Silva Matos, Presidente da Junta de Freguesia da Calheta, devido a compromissos pessoais, do Conselheiro Mário Veiros, da Câmara do Comércio da Ilha de São Jorge, por se encontrar ausente da ilha, das Conselheiras Rita Madruga e Sandra Arduim, do Núcleo Empresarial da Ilha de São Jorge, do Deputado Regional Paulo Silveira, por se encontrar ausente da ilha, bem como do Presidente da Associação de Agricultores da Ilha de São Jorge, Senhor João Sequeira, das Deputadas Regionais Catarina Cabeceiras e Maria Isabel Teixeira, e da Conselheira Paula Amarante. -----

Antes de iniciar a ordem de trabalhos, o Senhor Vice-Presidente do Conselho de Ilha questionou se algum dos conselheiros presentes se pretendia inscrever para os assuntos fora da ordem do dia, nomeadamente, assuntos de interesse para a Ilha, não havendo inscrições, deu início à ordem de trabalhos:-----

-----Ponto um: Aprovação de Ata; -----

-----Ponto dois: Pedido de parecer sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 58/XII- "Primeira alteração do Decreto Legislativo Regional n.º 7/2022/A, de 6 de abril"; -----

-----Ponto três: Outros assuntos. -----

-----Dando cumprimento ao primeiro ponto da ordem de trabalhos, Aprovação da Ata um de dezanove de janeiro de dois mil e vinte e três, o Senhor Vice-Presidente do Conselho de Ilha, prosseguiu abrindo as inscrições para intervenção dos conselheiros sobre este ponto. -----

-----Inscreveu-se a Conselheira Angelina Rocha, referindo-se a conteúdo da página dois da ata que não parece coerente, bem como na página três. -----

-----Inscreveu-se ainda o conselheiro Orlando Gomes, relativamente a conteúdo na página três que que parece incorreto e relativamente à votação para a mesa da sessão anterior. -----

-----Não havendo mais inscrições e tendo sido considerada a intervenção da Conselheira Angelina Rocha, bem como esclarecidas as questões do conselheiro Orlando Gomes, o Vice-Presidente da Mesa colocou à votação o ponto um da ordem de trabalhos, Aprovação de Ata, salvaguardando as devidas correções, a qual foi aprovada com oito votos a favor e seis abstenções. -----



CONSELHO DE ILHA DE SÃO JORGE

Ata número 2/2023

-----Ponto dois: Pedido de parecer sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 58/XII-
"Primeira alteração do Decreto Legislativo Regional n.º 7/2022/A, de 6 de abril". -----

-----Relativamente a este ponto, o Senhor Vice-Presidente do Conselho de Ilha colocou à
consideração dos Conselheiros que a aprovação fosse em minuta para execução imediata, a qual
foi aprovada por unanimidade. -----

-----O Senhor Vice-Presidente do Conselho de Ilha, prosseguiu abrindo as inscrições para
intervenção dos conselheiros sobre este ponto. -----

-----Inscreveu-se o Conselheiro Orlando Gomes, referindo que o documento é uma alteração para
permitir aos municípios rever os seus Planos Diretores Municipais, bem como terem oportunidade
de se candidatarem aos fundos comunitários, algo que o diploma anterior não permitia. Refere que
concorda com o parecer, questionando se o Município da Calheta apresentou algum contributo, ao
que a resposta foi negativa. Fez questão de deixar registado o facto de o Município da Calheta não
ter apresentado qualquer parecer, tão pouco se fez representar nesta sessão do Conselho de Ilha.

-----Inscreveu-se a Conselheira Paula Borges, informando que a Câmara da Calheta já realizou a
sua primeira reunião de caracterização e diagnóstico, e, atendendo à comissão que a Câmara da
Calheta constituiu, refere que está convicta de que os prazos constantes do diploma serão
cumpridos e vieram possibilitar as candidaturas aos fundos comunitários, caso contrário, no
decorrer deste ano, não fossem os novos prazos, não seria possível proceder às referidas
candidaturas, nem à celebração de contratos. -----

-----Inscreveu-se o Conselheiro António Laureno da Silveira, referindo que a Câmara da Calheta
não é caso único, e que existem diversas Câmara que ainda não conseguiram cumprir com a revisão
do Plano Diretor Municipal. -----

-----Tomou a palavra o Senhor Vice-Presidente do Conselho de Ilha referindo o facto de no parecer
do Município de Velas constar que, mesmo com este alargamento dos prazos, poderá não se
conseguir cumprir os prazos, devido à demorada burocracia. -----

-----Tomou a palavra o Conselheiro António Laureno da Silveira, referindo que devido à burocracia
e à não atempada troca de documentos, o sector das pescas foi bastante penalizado. -----

-----Tomou a palavra o Representante do Governo, Dr. Roger Sousa, referindo que esta alteração
ao decreto legislativo é necessária e que, possivelmente, não será a última. Refere que a Câmara
das Velas tem levado o processo a bom ritmo e já começou há quatro anos, pelo que não lhe parece
que os Municípios que vão começar agora consigam cumprir até 2025 com a revisão. Considera o



CONSELHO DE ILHA DE SÃO JORGE

Ata número 2/2023

parecer necessário e que se deve dar parecer positivo, uma vez que a impossibilidade de candidaturas aos fundos comunitários por parte de um município é demasiado limita em demasia as suas atribuições. -----

-----Não havendo mais inscrições o Vice-Presidente da Mesa colocou à votação o ponto dois da ordem de trabalhos, Pedido de parecer sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 58/XII- "Primeira alteração do Decreto Legislativo Regional n.º 7/2022/A, de 6 de abril", o qual foi aprovado por unanimidade e em minuta para execução imediata, e ficará apenso a esta ata. -----

-----Dando seguimento ao Ponto três: Outros assuntos, o Senhor Vice-Presidente do Conselho de Ilha, prosseguiu abrindo as inscrições para intervenção dos conselheiros sobre este ponto. -----

-----Inscreveu-se o Conselheiro Orlando Gomes, dirigindo-se ao Representante do Governo Regional, Dr. Roger Sousa, questionando o ponto de situação do Matadouro da Ilha de São Jorge, ressaltando a importância da obra para a ilha, revelando a sua preocupação relativamente às declarações do Senhor Secretário Regional das Finanças, que deu a entender que os fundos a utilizar seriam do Plano de Recuperação e Resiliência. -----

-----Tomou a palavra o Representante do Governo, Dr. Roger Sousa, que referiu que não tinha informação precisa para o momento relativamente ao matadouro, não obstante há cerca de um mês a obra estaria a concurso, não tendo informação da existência de candidaturas ou não. Relativamente às declarações do Senhor Secretário Regional, informou não ter conhecimento das mesmas, mas que iria recolher mais informações sobre o assunto, remetendo posteriormente ao Conselho de Ilha. -----

-----Inscreveu-se o Conselheiro Mário Soares, referindo que também teve conhecimento dessas mesmas declarações, demonstrando a sua preocupação, uma vez que foi dado um voto de confiança e, caso a obra não se realize, ficaremos com as expectativas defraudadas, pelo que entende que seria oportuno por parte deste Conselho de Ilha averiguar o ponto de situação para se perceber se a obra irá avançar ou não. -----

-----Inscreveu-se a Conselheira Angelina Rocha, referindo que, das obras previstas para a ilha de São Jorge, não tem conhecimento de nenhuma ter iniciado, destacando as obras do matadouro, da Estrada Transversal e do parque de estacionamento do aeroporto e questionando o ponto de situação destas mesmas obras. -----



CONSELHO DE ILHA DE SÃO JORGE

Ata número 2/2023

-----Tomou a palavra o Conselheiro Paulo Silveira, referindo que na altura em que realizaram a obra do matadouro, os responsáveis foram alertados para que o projeto contemplasse dois pisos, no entanto mantiveram o projeto inalterado. -----

-----Inscreveu-se o Conselheiro António Laureno da Silveira, referindo a questão, já anteriormente levantada, relativa ao acesso ao porto do Topo, questionando se o Conselho de Ilha teve alguma resposta sobre o assunto e também relativamente ao abrigo da máquina da Caldeira de Santo Cristo. Indica que já questionou estes assuntos por diversas ocasiões, e ainda que a fiscalização da obra de acesso ao porto do Topo foi medíocre. -----

-----Tomou a palavra o Representante do Governo, Dr. Roger Sousa, indicando que dos assuntos referidos apenas tem informação relativamente ao parque de estacionamento do aeroporto, e que em conjunto com o Senhor Presidente da Câmara das Velas fizeram chegar à Vice-Presidência do Governo Regional, no início do mês de abril, uma proposta para a construção de um parque de estacionamento secundário em frente ao Restaurante "A Quinta", construindo-se ainda um passadiço até ao aeroporto, permitindo o acesso a quem estaciona o carro nesse parque de estacionamento. Refere também que havia um projeto do governo anterior para se construir o parque de estacionamento noutro terreno, mediante construção pelo proprietário e aluguer ao governo, ou então, vendendo o terreno ao governo para posterior construção. Sobre as restantes obras, informa não estar a par dos desenvolvimentos. Relativamente à máquina da Caldeira de Santo Cristo, indica que, pelo que percebeu foi construído um abrigo, no entanto, não sabe o ponto de situação. Deu nota da construção de quatro novas casas para habitação social no loteamento dos Casteletes, informou que o projeto para Santo Antão já está concluído, sendo a intenção avançar com o mesmo no fim do verão. O estudo prévio da Santa Casa da Misericórdia das Velas está também em andamento, pretendendo-se realizar o projeto ainda este ano, de modo a ser possível lançar a obra no próximo ano, avaliada em cerca de um milhão e meio de euros. Referiu também a conclusão da cozinha da Casa de Repouso João Inácio de Sousa, a ser inaugurada na visita estatutária. -----

-----Inscreveu-se o Conselheiro Arlindo Teixeira, questionando o Representante do Governo, Dr. Roger Sousa, relativamente à ampliação do lar de idosos da Calheta. -----

-----Tomou a palavra o Representante do Governo, Dr. Roger Sousa, informando que existe um pedido formalizado via ofício para esse investimento, no entanto, neste momento está a ser realizado um trabalho de validação das listas de espera, uma vez que o que está a acontecer



CONSELHO DE ILHA DE SÃO JORGE

Ata número 2/2023

atualmente nas diversas valências, mas sobretudo das Estruturas Residenciais para Idosos, é que as listas de espera existentes na plataforma contêm dados incorretos, isto porque, assim que os lares recebem uma pré-inscrição, introduzem de imediato o nome numa lista de espera, o que não faz sentido. Faz sentido, sim, estar em lista de espera a pessoa que quer dar entrada no lar hoje, mas não tem vaga. Apenas, após esta validação estar realizada é que se irá avaliar a necessidade de investimento nas estruturas. -----

-----Inscreveu-se o Conselheiro Arlindo Teixeira, questionando o Representante do Governo, Dr. Roger Sousa, quantas pessoas estavam em lista de espera de acordo com a referida validação. ---

-----Tomou a palavra o Representante do Governo, Dr. Roger Sousa, informando que seriam doze pessoas. Informou ainda que foram aprovadas cinco novas vagas no lar da Calheta, equivalendo a um aumento de um sexto da capacidade. Informou ainda que se pretende implementar, após discussão com as IPSS's, uma gestão centralizada de vagas, visto que, muitas vezes, são admitidas nas IPSS's pessoas que, por vezes não reúnem os requisitos, ou não têm a prioridade de outras que estão em lista de espera há mais tempo. Assim, a instituição passará a fazer uma proposta, com base na lista de espera que tem, de quem entende que deva ser admitido, e, posteriormente, os técnicos da comissão de gestão centralizada é que validam, ou não, essa proposta. Referiu, ainda, que no próximo ano poderá verificar-se inexistência de vagas suficiente em jardim de infância, no entanto não irá haver aumento de vagas, isto porque existe uma proposta de criação de um ATL – Atividade de Tempos Livres para jardim de infância.-----

-----Inscreveu-se a Conselheira Paula Borges, informando, relativamente à obra da Estrada Transversal, que o concurso já se encontra concluído, tendo existido uma proposta, mas com valor superior ao valor base. Existe um despacho do Governo Regional que permite um aumento até vinte por cento do valor base, o que não é o caso, tendo ficado nos onze por cento, no entanto de momento carece de aprovação do Conselho do Governo, para que seja possível prosseguir com a obra. Em relação ao acesso ao porto do Topo, neste momento esta na fase de processo de contratação pública para que se possa abrir o procedimento, sendo que dentro de um a dois meses estaremos em condições de dar início. Dependendo da duração da intervenção, será realizada a curto prazo, caso seja uma intervenção passível de realizar em curto espaço de tempo, caso contrário, será realizada após a época de verão. Informou ainda das dificuldades na entrega de correspondência na zona do Topo e arredores, referindo que muita da correspondência chega após as datas limites de pagamento, no caso de faturas. Referiu também, relativamente à cobertura de



CONSELHO DE ILHA DE SÃO JORGE

Ata número 2/2023

rede móvel e de internet, que é, na maioria das vezes inexistente naquela zona, e não só, mas também por toda a ilha. -----

-----Tomou a palavra o Senhor Vice-Presidente do Conselho de Ilha, propondo o envio de ofícios a questionar os CTT - Correios de Portugal, relativamente aos constantes atrasos na entrega da correspondência, bem como questionar o Governo Regional e a ANACOM - Autoridade Nacional de Comunicações relativamente à cobertura de rede móvel e de internet. -----

-----Inscreveu-se o Conselheiro Orlando Gomes, questionando o ponto de situação relativamente às condições do pavilhão da Escola da Calheta. Refere ainda, no seguimento das notícias da não abertura de novas vagas nas creches e da intenção de colocação das crianças nas escolas, que entende que deve haver condições nas escolas para que se possa encaminhar para lá as crianças, solicitando, para o efeito, ao Representante do Governo, Dr. Roger Sousa, que transmita esta informação a quem de direito. -----

-----Tomou a palavra a Conselheira Paula Borges, informando, relativamente às condições do pavilhão da Escola da Calheta, a Secretaria contratou uma empresa que fez uma visita ao pavilhão no dia 11 de maio, para posteriormente apresentar uma proposta para resolução da situação. -----

-----Tomou a palavra o Representante do Governo, Dr. Roger Sousa, informando que, em termos de vagas para jardins de infância, o Concelho da Calheta tem setenta e oito vagas de jardim de infância no sector privado, financiadas, e o Concelho de Velas tem oitenta vagas no sector privado, também financiadas. A percepção que temos é que a maioria dos pais tem os filhos no sector privado, devido à facilidade dos horários, e, em casos pontuais, porque entendem que a qualidade é melhor. Refere que é legítimo, e que os pais devem poder escolher onde querem colocar os seus filhos. De referir que a Casa da Providência de São José teve, já com este governo, um aumento de quinze vagas para creche, sendo que pediram mais dez vagas no ano transato que foram rejeitadas, isto porque o edifício não tem capacidade para mais alunos, estando no limite da sua capacidade, com cinquenta e sete vagas de creche e quarenta e oito de jardim, num total de cento e cinco crianças, existindo regras, sendo necessário dois metros quadrados por criança. Refere ainda que foi realizado um estudo para se aferir a existência ou não de falta de vagas em creche. Informa também, que foi criado na região pelo anterior governo a possibilidade de os pais terem a escolha de colocar as crianças nas creches privadas, financiadas pelo governo. No caso da ilha de São Jorge, não se verificou a transição para a escola pública, porque se concluiu que não havia falta de vagas para creche. -----



CONSELHO DE ILHA DE SÃO JORGE

Ata número 2/2023

E nada mais havendo a tratar, o Vice-Presidente do Conselho de Ilha deu por encerrada a reunião, da qual foi lavrada esta ata que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da lei. -----

O Vice-Presidente da reunião:

Helder Pereira

Os Secretários da reunião:

Paulo Freix

João Paulo Del Álamo
